

NOVEMBRO 2018

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



942

SÓ QUEREMOS O QUE É NOSSO

Só queremos o que é nosso

P.3 À P.7

PRONTOS A NEGOCIAR

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | P.8 À P.11 - RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT | P.12 - RESOLUÇÃO APROVADA PELO SN DA FNE SOBRE OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES | P.13 - FNE DISCORDA DA GESTÃO MUNICIPAL DOS NÃO DOCENTES | P.14,P.15 - FNE PARTICIPA NA CONFERÊNCIA INTERMÉDIA DO CSEE | P.16 À P.18 - TUAC DEBATE EDUCAÇÃO E FUTURO DO TRABALHO | P.19 - CSEE E EFEE ADOTAM DECLARAÇÃO SOBRE ATRATIVIDADE DA PROFISSÃO DOCENTE | P.20 - FNE EM VIENA NA SEMANA EUROPEIA DO ENSINO PROFISSIONAL | P.21 À P.23 - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA NOVEMBRO DE 2018

Editorial



GOVERNO NÃO PODE IGNORAR NEM DESRESPEITAR O PARLAMENTO

O mês de novembro foi dominado pela discussão do Orçamento de Estado para 2019.

Cada Grupo Parlamentar aproveitou a oportunidade para dar expressão às suas perspetivas sobre o modelo de desenvolvimento social, económico e financeiro que defende.

Foi neste quadro que o Parlamento procedeu à apreciação do documento na especialidade, com base na proposta apresentada pelo Governo, com expressão de compromissos já assumidos com os Grupos Parlamentares que sustentam o Governo.

Mas o debate na especialidade permitiu que circunstancialmente tenham sido introduzidas ligeiras alterações no documento inicial que, sem o porem em causa, visaram dar expressão diferente da que tinha sido apresentada pelo Governo.

Inseriu-se aqui a introdução de um artigo novo que acaba por reproduzir o artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado de 2018, no qual se estabelecia e volta a estabelecer que, para um conjunto de carreiras, entre as quais se inclui a dos educadores e professores, é assegurada a contabilização de todo o tempo de serviço prestado, incluindo o que esteve congelado durante quase uma dezena de anos. Esse mesmo artigo determina que a forma e o prazo em que essa recuperação é concretizada ficam a depender de negociações a desenvolver com as organizações sindicais.

O Governo não pode ignorar nem desrespeitar esta norma de dois Orçamentos de Estado. E não pode ignorar que, se a norma é repetida, é porque ficou por cumprir.

Desta forma, o Governo não pode refugiar-se na referência às reuniões que promoveu com as organizações sindicais representativas dos docentes, essencialmente ao longo do ano de 2018, porque nessas reuniões o Governo enviou o seu objetivo, ao querer tratar a quantidade de tempo a recuperar, recusando-se à negociação do prazo e do modo da recuperação, que deveria ter sido o objeto dessas reuniões.

É obrigação do Governo abrir as negociações sobre o prazo e o modo da recuperação do tempo de serviço congelado, o mais rapidamente possível em 2019. E até pode acontecer que essas negociações sejam breves, se adotar a solução encontrada na Região Autónoma da Madeira, relativamente à qual se registou um amplo consenso das forças partidárias. O respeito pelo Parlamento e pelos educadores e professores portugueses exige que assim aconteça.

TRABALHADORES NÃO DOCENTES MERECEM RESPEITO

Celebrou-se no passado dia 24 de novembro mais um Dia Nacional do Trabalhador Não Docente. Nesta ocasião, a FNE promoveu o lançamento de informação para distribuição nas escolas, com a identificação de algumas das reivindicações mais significativas neste momento para estes Trabalhadores.

Os Trabalhadores Não Docentes constituem uma parte significativa da qualidade das nossas escolas, pelas responsabilidades que lhes estão atribuídas. Por isso, defendemos desde há muito a valorização das suas carreiras, nomeadamente pela definição dos seus conteúdos funcionais próprios e consequentemente o estabelecimento das suas carreiras específicas. Por isso defendemos o crescimento da exigência de oferta de formação contínua, a ser concretizada em condições e tempos adequados. Por isso defendemos a dotação das escolas com o número e diversidade destes Trabalhadores que forem necessários para cada uma delas, e anulando dessa forma o elevado índice de precariedade. Por isso discordamos de que estes Trabalhadores sejam designados com uma expressão que os define como a negação de outros profissionais. Por isso entendemos que, em nome da sua dignificação, deveria ser encontrada uma designação que os referisse com o respeito e a dignidade que merecem.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

Recuperação integral do tempo de serviço

Governo tem mesmo de negociar o prazo e o modo

A Assembleia da República votou, em Comissão, as alterações ao Orçamento de Estado para 2019, definindo com clareza que o Governo tem de negociar o prazo e o modo da recuperação integral do tempo de serviço congelado.

A intenção do Governo era chegar a 2019 e ter garantido que tinha conseguido contornar o que determinava o Orçamento de Estado para 2018, reduzindo a apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias todo o tempo de serviço que esteve congelado por 9 anos, 4 meses e 2 dias.

Ao longo do ano de 2018, o Governo recusou-se a cumprir o que determinava o Orçamento de Estado, conduzindo as reuniões que promoveu com as Organizações Sindicais para a definição da quantidade de tempo que deveria ser recuperado, em vez de tratar de negociar o prazo e o modo para essa recuperação, que era o que a Lei determinava.

Agora, a Assembleia da República, verificando que o Governo não cumpriu a Lei em 2018, determina que em 2019 não poderá continuar a eximir-se ao seu cumprimento, pelo que tem de conduzir uma negociação que tenha por objetivo a definição do prazo e do modo da recuperação integral do tempo de serviço.

A FNE saúda a decisão assumida maioritariamente pela Assembleia da República e declara-se disponível para participar na negociação que deverá ser conduzida nos termos que agora são renovados, considerando que o exemplo da solução encontrada para a Região Autónoma da Madeira poderá constituir um referencial de trabalho que facilite o encontro de uma solução que respeite e valorize os Educadores e Professores portugueses.

Finalmente, a FNE aguarda que o diploma aprovado pelo Governo sobre esta matéria seja promulga-

do, para que, em apreciação a realizar pela Assembleia da República, possa começar no ano de 2019 o reconhecimento deste direito que é incontornável.

FNE ENTREGA PETIÇÕES NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Uma delegação da FNE esteve no dia 20 de novembro no Ministério da Educação para entregar várias resoluções aprovadas pelo secretariado nacional (que pode consultar no [site da FNE](#)). Para o Secretário-Geral, João Dias da Silva "o apelo que deixamos é para que consigam encontrar uma fórmula de consenso na Assembleia da República para que os professores sejam valorizados, respeitados, que todo o tempo de serviço seja contabilizado, que se inicie em 2019 o processo de recuperação e que depois as organizações sindicais e o Governo determinem o resto do faseamento da recuperação do tempo de serviço", afirmou.



Educadores e Professores de todo o país em concentração em frente à Assembleia da República



O mês de novembro abriu com Educadores e Professores de todo o País reunidos em concentração e Plenário Nacional em frente à Assembleia da República, ao mesmo tempo em que era discutido o Orçamento de Estado para 2019, com a presença do Ministro da Educação.

Os professores portugueses quiseram contestar desta forma uma proposta de Orçamento do Estado que não corresponde à

exigência de uma escola de qualidade, com a atribuição dos recursos essenciais para a permitirem.

A FNE reiterou o quanto era essencial prestigiar a escola, valorizando os seus profissionais. É preciso apostar em alterações significativas neste Orçamento (2019) e alterar as políticas educativas, de forma a que aos seus profissionais sejam asseguradas condições de dignidade.

Os docentes portugueses quiseram fazer chegar ao Governo o seu profundo descontentamento por esta situação, mas há mais matérias cuja resolução tem sido adiada ao longo dos últimos tempos, como a necessidade de um combate ao acelerado envelhecimento da profissão docente (o segundo corpo docente mais velho da União Europeia), a precariedade que atinge os professores e que sejam recuperados os 9 anos, 4 meses e 2 dias em que a carreira dos professores esteve congelada.

Foi ainda reforçado naquele Plenário que a greve em curso aos excessos que estão a ser exigidos em termos de horário de trabalho dos Docentes vai durar o tempo que for necessário e que não prescindimos dos combates que forem indispensáveis para garantir o respeito e a valorização dos profissionais que representamos.

Nós não desistimos.



Moção aprovada no Plenário Nacional de Professores e Educadores

Os Professores e Educadores reunidos em Plenário Nacional em Lisboa, no dia 2 de novembro de 2018, consideram que o Orçamento destinado à Educação para 2019 é negativo, pois ignora os problemas das escolas e não dá resposta a nenhuma das justas reivindicações dos professores, quer em relação às suas condições de trabalho, quer aos aspetos de natureza socioprofissional.



Reunidos em plenário nacional, ao mesmo tempo que o ministro da Educação, na Assembleia da República, se esforça por defender o indefensável, os Professores e Educadores exigem que, em sede de especialidade, o orçamento para a Educação seja corrigido pela apresentação e aprovação de propostas que criem condições para, entre outros aspetos:

- Garantir como é devido, em 2019, o início do faseamento da recuperação para a carreira dos 9 anos, 4 meses e 2 dias que estiveram congelados;
- Regularizar os horários de trabalho dos docentes que, em múltiplos aspetos, violam a lei e os normativos aplicáveis;
- Permitir que os professores com, pelo menos, 40 anos de serviço possam aposentar-se sem qualquer penalização, independentemente da sua idade, dando assim início ao necessário processo de rejuve-

nescimento da profissão docente;

- De forma séria e decidida, combater a precariedade que afeta milhares de professores e a própria condição docente, desde logo aqueles que acumulam mais de 3 anos de serviço.

Estas são reivindicações que unem os docentes e as suas organizações sindicais: são reivindicações de que não desistem nem desistirão. Os professores e educadores exigem respeito, clamam por justiça, rejeitam a discriminação e, ao mesmo tempo, repudiam as torpes tentativas que o Ministério da Educação vem desenvolvendo para pôr em causa a liberdade sindical e a justa luta dos docentes.

Condicionando, com ameaças, o exercício do direito à greve, os responsáveis do Ministério da Educação confirmam uma natureza antidemocrática que já tinha estado presente em

reuniões realizadas com as organizações sindicais. São inconcebíveis atitudes que atentam contra um direito constitucional conquistado pelos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril de 1974; são atitudes de que, na Educação e com a gravidade do que está a suceder, não havia registo em 44 anos de democracia.

Os Professores e Educadores presentes no Plenário manifestam a sua inteira disponibilidade para prosseguir a luta, reiterando que não desistirão de alcançar os seus justos objetivos reivindicativos e reafirmando que a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2019 é uma oportunidade que não deve ser perdida com vista à resolução dos problemas que têm vindo a colocar.

Lisboa, 2 de novembro de 2018

Os Professores e Educadores reunidos em Plenário Nacional

Carta Aberta sobre a deliberação da AR para a recuperação do tempo de serviço

A Assembleia da República votou, na especialidade, uma norma que vai passar a estar incluída na Lei do Orçamento de Estado para 2019, para garantir que se realizem verdadeiras negociações que sirvam para determinar o prazo e o modo para se garantir a recuperação do tempo de serviço congelado – os 9 anos, 4 meses e 2 dias.

O Governo tudo fez para passar de 2018 para 2019 sem cumprir o que a Lei do Orçamento de Estado para 2018 determinava quanto ao direito dos docentes portugueses à recuperação integral daquele tempo.

Procurou instilar na sociedade portuguesa uma reação de rejeição em relação aos professo-

res, através da mítica e repetida verba de 600 milhões de euros como o inoportável e insustentável peso do impacto da recuperação daquele tempo, sem nunca provar aquele número com contas claras e consistentes.

Promoveu um conjunto de reuniões com as Organizações Sindicais, recusando sistematicamente tratar do que a Lei do Orçamento de Estado determinava, insistindo sempre na interpretação errada de que o que estava a ser negociado era a quantidade de tempo que deveria ser recuperado.

Depois, quis fazer um exercício de transformação, querendo fazer de conta que os 9 anos, 4 meses e

2 dias afinal eram só 2 anos, 9 meses e 18 dias e que neste número mágico e sem consistência estava a recuperar todo o tempo de serviço, tentando dessa forma ludibriar o que a Lei do Orçamento de Estado e a Assembleia da República lhe impunham.

Arrastou o processo de marcação de reuniões, com intervalos excessivos, e procurando colocar na opinião pública a ideia de que os Sindicatos eram intransigentes e irrealistas, quando a intransigência esteve sempre do lado do Governo que foi quem se fixou desde o início na recusa da consideração integral do tempo de serviço congelado.





Geriu com cinismo as expectativas dos docentes portugueses, ora afirmando estar aberto ao diálogo e a soluções que integrassem aspetos do desenvolvimento da carreira, para a seguir se afirmar inflexível no caminho de sentido único em que se tinha colocado, para depois anunciar que via aproximações muito grandes em relação às perspetivas de ambas as partes, para finalmente se fixar na proposta que era a exata reprodução do seu ponto de partida.

Aprovou, em cima da data da celebração do Dia Mundial do Professor, um Decreto-Lei que confirmava a sua orientação, mas que faz demorar a chegar à Presidência da República, quase dois meses volvidos, na expectativa de anular por inteiro as legítimas expectativas dos docentes portugueses.

Desta forma, o Governo quis passar o ano de 2018, insensível às greves, às manifestações, às concentrações, ao sentimento de insatisfação que afinal promoveu entre todos os docentes portugueses, desvalorizando ainda para cúmulo as organizações sindicais e o seu papel.

Mas afinal, na Assembleia da República, o respeito pelos professores prevaleceu, e foi necessário restabelecer em Lei a obrigação que o Governo tem de respeitar os professores e de lhes considerar todo o tempo de serviço.

Aguardamos agora que chegue ao Presidente da República a proposta de Decreto-Lei do Governo e que aquele tome a decisão que entender adequada. A verdade é que, independentemente da decisão do Presidente da República, o Governo terá de cumprir, a partir de 1 de janeiro de 2019, o que a Lei do Orçamento de Estado determina, isto é,

promover um processo negocial que se centre na determinação do prazo e do modo que devem revestir a recuperação integral do tempo de serviço congelado.

O Governo não poderá, então, repetir a estratégia do ano de 2018, porque foi isso que a Assembleia da República disse que não poderia voltar a acontecer.

Seria inadmissível que o Governo quisesse replicar em 2019 a estratégia que adotou em 2018, o que, a acontecer, constituiria uma atitude de desrespeito inaceitável, quer em relação à Assembleia da República, quer em relação aos Educadores e Professores portugueses.

Pela nossa parte, não nos cansaremos de denunciar todas as situações que não constituam o cumprimento, pelo Governo, da responsabilidade que agora lhe é de novo entregue, e de, na sequência, adotar as medidas que forem adequadas.

Nós não desistimos. Não abdicaremos de um único dia dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho efetivo que tem de ser recuperado.



Resolução do Secretariado Nacional da UGT

Orçamento do estado 2019 não responde às expectativas. Valorizar a negociação coletiva.



Em dia de votação final do Orçamento do Estado para 2019 (OE), a UGT reafirma que este é um orçamento insuficiente para os trabalhadores, por estarmos convictos que teria sido possível ir mais longe, apesar de se confirmar, até ao momento e face a algumas deliberações já tomadas pelo Parlamento, que os sindicatos deverão ter ainda uma palavra a dizer.

Este é um OE que, contendo muitas medidas que merecem a nossa concordância, como por diversas vezes já tivemos oportunidade de o afirmar, foi elaborado e discutido num contexto económico e orçamental que tem conhecido pro-

gressos significativos, mas em que as expectativas dos trabalhadores, tendo sido colocadas em alta pelo próprio Governo, estão ainda longe de ser respondidas.

Um OE em que teria sido necessário reforçar níveis de investimento público, que garantam a manutenção da rota de um crescimento sustentado da economia e do emprego, pelo que não se entende a manutenção de níveis insustentáveis de carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e um controlo orçamental apertado à custa das condições de trabalho e da valorização dos funcionários públicos, e ainda da continuação

da política de cativações que, na opinião da UGT, colocam em causa a resposta a desafios estratégicos como a formação profissional, o reforço da qualidade dos serviços públicos ou o combate às assimetrias regionais, matérias que fazem parte do Programa Nacional de Reformas elaborado pelo próprio Governo, mas que não vislumbramos como se irão compaginar com as cativações decididas.

Em todas estas áreas, a UGT apresentou propostas na sua Política Reivindicativa 2018-2019 e em várias Resoluções político-sindicais do seu Secretariado Nacional.

Mais ainda, transmitiu as suas posições ao Governo, incluindo em sede de CPCS ao Ministro das Finanças, e tentou encontrar plataformas de entendimento comum em várias sedes, nomeadamente junto dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do PCP e com a Presidente do CDS-PP, bem como em reunião bilateral com a Confederação do Turismo de Portugal e em contactos formais com os líderes dos parceiros sociais empregadores, referindo que na reunião com o Primeiro-Ministro, em que acompanhámos o Secretário Geral da CES, foram transmitidas 2 estas preocupações, devido à necessidade de aplicação, em Portugal, das medidas integradas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em que o discurso de um maior equilíbrio entre o financeiro, o económico e o social se traduza, também, na abertura ao diálogo, à negociação e em resultados concretos ao longo de 2019.

A UGT acompanha e partilha algumas das preocupações expressas por outras entidades, nomeadamente pelas confederações de empregadores, quanto à necessidade de mudanças em áreas importantes (redução de custos de contexto, simplificação e desburocratização, acesso a financiamento) e que se possam traduzir numa economia mais dinâmica e na criação de mais e melhor emprego de qualidade.

A UGT estará na primeira linha da defesa da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, da luta por uma verdadeira política de rendimentos, com melhores salários, com uma carga fiscal que não continue a penalizar os

rendimentos do trabalho e com uma negociação colectiva mais dinâmica.

A UGT regista positivamente a decisão do Parlamento no sentido de serem retomadas as negociações relativas à contagem integral do tempo de serviço dos professores e das demais carreiras especiais da administração pública e estará, como sempre esteve, presente para dar o apoio necessário aos seus sindicatos, embora lamentavelmente que aquela decisão tenha sido forçada pelo Parlamento, pelo facto de o Governo se ter mantido intransigente ao recusar manter uma negociação efetiva com os sindicatos.

Não deve ser esquecido que a recuperação do tempo de trabalho efetivamente prestado não é a única área em que o Governo está obrigado a negociar.

É fundamental que dê o exemplo ao País –enquanto Executivo e enquanto empregador –e que abra espaços de real diálogo com os sindicatos, não esquecendo que há matérias que, em primeira linha, devem ser tratadas na negociação coletiva.

É necessário garantir aumentos salariais reais para todos os trabalhadores, bem como valorizar as carreiras na administração pública e no sector empresarial do Estado, pelo que a UGT e os seus sindicatos tudo farão para que as expectativas geradas pelo Governo e pelos partidos que o apoiam sejam respondidas, e cumpridas as deliberações do Parlamento no que toca à implementação do OE/2019 em toda a sua amplitude. Importa pôr termo aos

impasses e aos bloqueios negociais que se verificam em vários sectores – Educação, Saúde, Segurança Social, Justiça – e, na negociação directa com o Ministro das Finanças, abrir a porta aos sindicatos e realizar uma discussão séria, fundamentada e não toldada por desinformações, que permita que este OE –com todas as suas limitações– se possa ainda traduzir em soluções e políticas mais equilibradas, mais justas e com maior sensibilidade social e numa efectiva dignificação do trabalho e dos trabalhadores, através da potenciação do diálogo social, tão valorizado numas ocasiões, mas desprezado noutras.

Não se reforça a democracia desvalorizando a negociação colectiva.

SALÁRIO MÍNIMO PARA 2019. UGT CONTINUARÁ A LUTAR PELOS 615 EUROS!

A última reunião de concertação social, realizada a 13 de outubro, marcou o início da discussão sobre o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 2019.

Uma discussão que, mais uma vez, se encontra condicionada por um acordo partidário –que foi plasmado no programa do Governo –e que, deve ser dito, se tem constituído em vários momentos como um entrave a que, em sede de CPCS, se realizasse uma discussão mais aberta e se pudesse ir mais longe.

O Governo manifestou agora a sua abertura para acompanhar os parceiros sociais, caso estes atinjam um consenso sobre um valor que exceda os 600€ estabelecidos como meta para 2019, o que devemos saudar. Sabemos que hoje – como o sabem as empresas - o estado da nossa economia é substancialmente melhor que o esperado há 3 anos atrás, quando aquele valor foi estabelecido, não sendo compreensível que tal se traduza no menor aumento nominal do salário mínimo desde 2014 (20 euros). A UGT entende que, agora, é o momento para recentrar a discussão do salário mínimo na concertação social e acredita que é possível ir além da bandeira política dos 600€ e tudo fará para que se atinjam os 615 euros.

**CUMPRIR O ACORDO
“COMBATER A
PRECARIEDADE E
REDUZIR A
SEGMENTAÇÃO
LABORAL E PROMOVER
UM MAIOR
DINAMISMO DA
NEGOCIAÇÃO
COLECTIVA”.
RESPEITAR O PAPEL DA
CONCERTAÇÃO SOCIAL.**

Encontra-se ainda na Assembleia da República a Proposta de Lei que vem proceder à alteração do Código do Trabalho e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social (vulgo Código Contributivo) e que visa dar concretização parcial ao Acordo Tripartido “Combater a Precariedade e reduzir a Segmenta-

ção Laboral e Promover um maior dinamismo da Negociação Coletiva”, assinado na concertação social em 18 de junho de 2018 com a presença, mais do que simbólica, do Primeiro-Ministro, isto é, num claro sinal político de valorizar e fazer respeitar o que foi assinado.

No momento em que, finda a discussão e a votação do OE, irão iniciar-se as audições parlamentares e a discussão das alterações propostas pelos diferentes Grupos Parlamentares à Proposta de Lei, a UGT mais uma vez vem reiterar a relevância daquele Acordo.

Um acordo importante pelo contributo para a mudança de políticas em áreas centrais do mercado de trabalho - o combate à precariedade e a dinamização da negociação colectiva – e por marcar a inversão da tendência de redução e bloqueio dos direitos dos trabalhadores, vivida no período do programa de ajustamento.

A UGT lança assim o repto a todos os atores políticos e sociais para que, não abdicando do seu legítimo espaço de intervenção, e contribuindo para o aperfeiçoamento do diploma legislativo em discussão, cumpram o espírito do Acordo Tripartido que lhe deu origem e respeitem os importantes consensos atingidos pelos parceiros sociais e o fundamental papel da concertação social no nosso sistema democrático.



**UGT EM SEIA.
PARA VALORIZAR O
INTERIOR**

A UGT, seguindo o mote “UGT NÃO ESQUECE”, agendou, nomeadamente no quadro das comemorações do seu 40º Aniversário, um conjunto de iniciativas e reuniões dos seus Órgãos um pouco por todo o País, decisão que se irá manter até final do corrente mandato 2017-2021.

A UGT tem conseguido inserir nas agendas das várias sedes em que intervém a problemática da valorização do interior, contribuindo para que esta temática se mantenha viva nas diferentes instâncias de diálogo social e político e para que, mesmo passado o período imediato de indignação face às tragédias dos incêndios de 2017, não seja esquecida a necessidade de um quadro de políticas mais integrado e eficaz para afrontar aqueles que são os défices estruturais existentes, e que se arrastam no tempo, não esquecendo áreas fundamentais como o emprego, a fiscalidade, o ordenamento do território, ou a revalorização dos serviços públicos.

Nesse sentido, e no quadro da discussão do OE, a UGT, uma vez mais, lembrou aos atores sociais e políticos que seria fundamental ir mais longe na resposta a este desafio estrutural do País e que, mesmo com propostas positivas (autorização legislativa do Programa de Valorização do Território, incentivos ao investimento), estamos longe de ter um quadro que permita uma resposta aos desafios que nos propomos enfrentar.

A UGT apresentou as suas propostas em domínios como, o reforço dos apoios à mobilidade e à fixação de trabalhadores, a maior proximidade e a melhoria dos serviços públicos, ou o reforço das condições para a instalação de empresas geradoras de empregos de qualidade.

Reconhecendo a importância que a área fiscal terá sempre, para garantir melhores resultados das políticas públicas, a UGT continuará a defender diferenciação fiscal em sede de IRS para os trabalhadores que se fixem nos territórios do interior e, em sede de IRC, uma maior redução das taxas para novas empresas nos primeiros anos da sua instalação, quando a mesma for associada a um esforço de criação de emprego permanente.

Não esquecemos o papel relevante que pode ter o processo de descentralização de competências para o poder local, que se encontra em curso e relativamente ao qual é necessário assegurar os adequados recursos financeiros, ou mesmo o papel que as Câmaras Municipais têm já na resposta a estas problemáticas.

A Câmara de Seia é disso um exemplo, nomeadamente com um conjunto de relevantes políticas integradas de apoio à família, que têm vindo a ser implementadas pelo Município e que lhe têm granjeado galardões como o de “Autarquia + Familiarmente Responsável”, que recebeu pelo oitavo ano consecutivo na passada semana.



Mas tudo isto será sempre insuficiente se não houver um esforço nacional de construção de políticas integradas e profundas e com resultados que cheguem, efetiva e rapidamente, às populações.

A UGT não deixará de continuar a adotar uma estratégia de cada vez maior proximidade com os territórios do interior, cientes de que a nossa presença é sentida de forma muito positiva pelas populações e que, enquanto parceiro social, essa mesma presença contribui, por si, para não deixar cair a temática da valorização do interior e promover o debate e a ação sobre as persistentes desigualdades e assimetrias sociais, económicas e territoriais do País.

A presença do Secretariado Nacional, em Seia, é mais um importante momento em que a UGT deixa clara a prioridade dada a estes temas e a aposta que fazemos na aproximação às pessoas e aos seus reais problemas, envolvendo e

chamando para este desafio o poder político e as organizações da sociedade civil.

O acolhimento extremamente positivo que estas iniciativas têm tido – e hoje não é exceção – apenas reforça a determinação da UGT em prosseguir este trabalho de proximidade e de alerta para a centralidade exacerbada que Lisboa exerce no país, mas também para a necessidade e para a urgência da construção de um País - territorial e socialmente - mais coeso e mais justo.

A UGT continuará a sua luta.

Para que o interior não seja esquecido!

Porque o sindicalismo também é solidariedade!

Por que o sindicalismo também significa soluções!

APROVADA POR
UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO
O SECRETARIADO NACIONAL

SEIA, 29 de novembro de 2018

Resolução aprovada pelo SN da FNE sobre os trabalhadores Não Docentes



O Secretariado Nacional da FNE, reunido em Lisboa no dia 20 de novembro de 2018, saudou o Dia Nacional do Trabalhador Não Docente que se celebrou no passado dia 24 de novembro, e aprovou uma resolução onde:

SUBLINHA E RECONHECE todo o empenho, dedicação e profissionalismo com que estes Trabalhadores desempenham as suas funções;

REITERA o seu empenho na determinação de carreiras especiais que os enquadrem, com o enunciado dos conteúdos funcionais próprios que lhes devem ser destinados, em respeito pelas funções específicas que são chamados a desempenhar nas escolas;

CONSIDERA essencial que sejam definidos programas de formação contínua que se destinem a estes Trabalhadores e que todos possam a eles ter acesso, sem prejuízo do seu legítimo direito ao descanso;

REQUER que a formação contínua que lhes deve ser destinada tem de permitir o domínio das competências essenciais ao exercício profissional que possibilite uma escola de qualidade;

REJEITA os baixos níveis remuneratórios, a insuficiência de rácios de definição do número de trabalhadores afetos a cada escola, ou ainda a ausência de qualquer efeito positivo no quadro da sua avaliação de desempenho;

DISCORDA da legislação recentemente aprovada que prevê a atribuição aos Municípios a gestão destes Trabalhadores;

MANIFESTA a sua profunda preocupação em relação ao desenvolvimento desse processo de transferência de competências, sem se garantirem adequadamente os recursos essenciais a uma escola de qualidade em todas as regiões e salvaguardando as assimetrias regionais;

CONSIDERA que se devem tomar as medidas de enquadramento destes Trabalhadores, nomeadamente porque eles são essenciais para se construir uma efetiva escola inclusiva, o que tem de ter como consequência a valorização da sua missão e a dignificação destes profissionais da educação, promovendo a sua motivação para o serviço público de educação e qualidade;

AFIRMA o seu empenho no sentido de contribuir ativamente para que os Trabalhadores Não Docentes vejam definidas as suas carreiras especiais e assegurados todos os direitos que lhes são devidos, bem como a sua dignificação e a sua valorização profissional.

Lisboa, 20 de novembro de 2018



FNE discorda da gestão municipal dos Não Docentes

A FNE discorda da decisão do Governo de atribuir a gestão dos Trabalhadores Não Docentes aos Municípios.

Com efeito, o Conselho de Ministros aprovou legislação relativa à transferência de competências para os Municípios no domínio da gestão dos Trabalhadores Não Docentes.

A FNE sublinha ainda negativamente que no processo de elaboração desta legislação o Governo não tenha chamado as Organizações Sindicais representativas daqueles Trabalhadores, o que constitui o inaceitável incumprimento do direito à participação que deve ser reconhecido às Organizações Sindicais em matérias que dizem respeito aos Trabalhadores que representam.

A FNE considera que a opção pela entrega da gestão destes Trabalhadores aos Municípios não constitui um acréscimo de qualidade para o funcionamento das escolas, antes pelo contrário.

Entende a FNE que seria muito mais vantajoso que a gestão dos Trabalhadores Não Docentes fosse da competência das direções das escolas, tanto mais que são elas que estão todos os dias com aqueles Trabalhadores e que é muito mais útil uma gestão de proximidade, o que obviamente não se consegue quando as decisões que lhes dizem respeito se situam fora do

âmbito do estabelecimento de ensino, entregues a um Vereador da Educação ou até ao Presidente da Câmara.

A FNE sublinha a importância de se garantir a proximidade das comunidades locais em relação à definição das políticas que lhes dizem diretamente respeito e considera fundamental que se aprofundem os mecanismos de descentralização e de desburocratização.

De qualquer modo, o processo de descentralização, no que diz respeito à Educação, deve garantir que sejam clarificados os âmbitos de competência do Poder Central, do Poder Local e do Poder das Escolas, de forma que em nenhuma circunstância se estabeleçam ambiguidades, particularmente nas relações entre as escolas e o Poder Local.

A FNE regista ainda que não pode continuar a verificar-se a contradição entre um discurso que se diz favorável ao reforço da autonomia das escolas, mas

que só tem tradução prática em diminuição de competências e insuficiência de recursos.

A FNE acompanhará este processo, exigindo que não só sejam atribuídos aos Municípios os recursos indispensáveis ao cumprimento das competências que lhes são atribuídas, mas que também estas sejam executadas com toda a qualidade e com valorização dos profissionais do setor. Não é aceitável ainda que o centralismo do Poder Central seja substituído pelo centralismo do Município, se não forem estabelecidos os adequados mecanismos de participação das comunidades.

Não basta mudar uma lógica de organização e de gestão do sistema educativo só por mudar, sem garantir que se ambiciona mais eficácia e mais eficiência, num quadro de reconhecimento e valorização dos Trabalhadores do setor.

É sobre tudo isto que a FNE não deixará de estar vigilante.



FNE participa na Conferência intermédia do CSEE



Nos dias 26 a 28 de novembro, uma delegação da FNE, constituída pelo seu secretário-geral, João Dias da Silva, pelos vice-secretários gerais, Lucinda Dâmaso e Pedro Barreiros e pelos secretários nacionais, Josefa Lopes e Alexandre Dias, esteve presente na Conferência intermédia do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) que se realizou em Atenas, Grécia.

O programa da conferência estava dividido em dois momentos distintos: sessões de trabalho de grupo sobre temas sindicais ligados à Educação e sessões de trabalho em plenário com a participação das delegações sindicais de todos os países da Europa, membros do CSEE. Os

grupos de trabalho analisaram os temas:

- (1) **Igualdade e Equidade como fatores fundamentais para o desenvolvimento da Educação;**
- (2) **Inovação na educação;**
- (3) **Métodos eficazes para a comunicação e as campanhas sindicais;**

(4) **Novas formas de emprego e novos públicos sindicais;**

(5) **O papel dos sindicatos no atual contexto de imigração;**

(6) **Direitos sindicais.**

Houve ainda uma sessão especial no dia 27 sobre sindicalização, organização e reforço do papel dos sindicatos, orientado por um investigador do University College Union.

De todas as sessões evidenciou-se a necessidade de reformar o movimento sindical e prepará-lo para um contexto complexo de reafirmação do seu papel como baluarte da democracia e dos direitos dos professores, numa sociedade cada vez mais acelerada e cheia de novos desafios que se apresentam à escola e aos professores, num contexto de crescente incerteza e precariedade da profissão.





A diversidade de exigências sociais, a necessidade de acompanhar vertiginoso desenvolvimento tecnológico, a robotização e a desmaterialização do trabalho provocada pelo digital, a gestão do tempo de trabalho, a pressão física e psíquica a que os docentes estão sujeitos e o envelhecimento do corpo docente um pouco por toda a Europa, a desvalorização e proletarianização da classe docente, foram algumas das questões abordadas.

No plenário foram debatidas e aprovadas seis moções de trabalho que orientarão a ação do CSEE nos próximos dois anos:

- (1) Modelando o futuro da Europa: o papel dos sindicatos da educação;**
- (2) Definir as prioridades para desenvolver o plano para a Equidade, Diversidade e Inclusão;**
- (3) Reforçar a liberdade académica na Europa;**

(4) Envolver os professores em todas as decisões que afetam a profissão e o sistema educativo;

(5) Sindicatos da educação e juventude;

(6) exigir o diálogo, a união e a deliberação. Ecologia das práticas de participação nas escolas.

A participação da FNE pautou-se por uma intervenção ativa e com contributos para o debate, bem como a apresentação das suas perspetivas sindicais, acompanhadas de uma descrição pormenorizado da realidade portuguesa na área da educação,



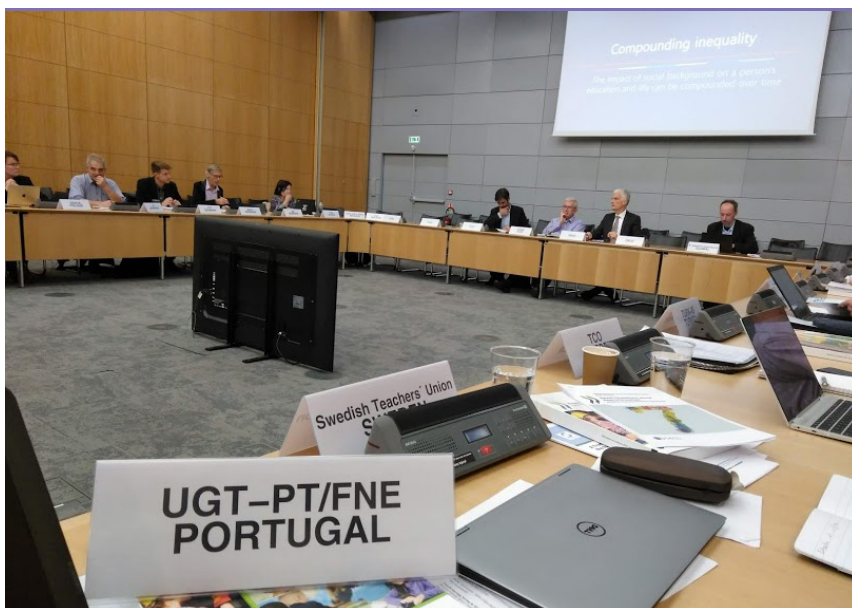
elencando os problemas que afetam o setor e descrevendo a sua ação sindical.

A conferência serviu ainda para estreitar os contactos com as delegações de vários países da Europa bem como para estabelecer linhas de ação comuns com outros sindicatos europeus.



TUAC debate

Educação e Futuro do Trabalho



Decorreu em 29 e 30 de outubro de 2018, em Paris, a segunda reunião anual do Grupo de Trabalho em Educação e Competências do TUAC (Comité Consultivo sindical mundial junto da OCDE), que incluiu um seminário especial sobre o Futuro do Trabalho, na tarde do segundo dia de trabalhos. Ambas as sessões tiveram a presença de Pierre Habbard, Secretário-Geral (SG) do TUAC, que tem 59 organizações nacionais filiadas em 31 países membros da OCDE, incluindo Portugal com a UGT.

Tarek Mostafa e Pablo Fraser (OCDE) fizeram uma apresentação sobre o PISA 2018, *A Opção pelas Competências Globais e o PISA 2021, A Avaliação da Criatividade e a Opção pelo Bem-Estar do Professor*. Nas suas palavras, o PISA da OCDE pretende ir além da avaliação dos domínios das Ciências, Matemática e Literacia, trabalhando de momento no enquadramento das denominadas competências globais. Após um debate com os representantes sindicais de todo o mundo, seguiu-se uma apresentação de Anthony Mann (OCDE) a respeito do Revivalismo dos Cursos de

Aprendizagem: novas necessidades e abordagens, que perpassou o relatório publicado no passado mês de outubro sobre 7 Questões sobre os Cursos de Aprendizagem.

Após um período de relativa negligência em muitos países, os estágios e outras formas de aprendizagem em contexto de trabalho estão a passar por uma fase de reavivamento.

O início da tarde começou com uma intervenção do Diretor de Educação da OCDE Andreas Schleicher sobre o relatório Education at a Glance 2018: Resultados Chave e Conclusões Políticas, que tanto desacordo gerou em Portugal, por parte dos sindicatos da educação, devido à medida apresentada dos salários dos professores portugueses.

Andreas frisou que a equidade em educação não mudou muito desde o primeiro PISA (2003) e que as mulheres têm mais tendência para ficarem inativas, mesmo com ensino superior terminado, ganhando menos 26% que os homens, embora em alguns países a situação tenha melhorado um pouco.

A consequência é que os salários mais baixos para as mulheres criam-lhes um retorno menor do ensino superior. Outro fator é que os trabalhadores com excesso de qualificações tendem a ter menos competências, tornando-se a demasia de qualificações um grande problema: *"It's over degree, but not over skilled"*, resumiu ele em inglês. A da autonomia sublinhou que apenas uma em três decisões é tomada ao nível da escola nos países da OCDE.

O TUAC publicou em 19 de setembro de 2018 um texto sindical crítico sobre o Education At a Glance 2018 onde, entre outras referências, acentua que esta publicação geralmente evita fazer recomendações de políticas educativas e que, além de uma referência ao papel dos sindicatos de professores e da oferta dos sindicatos na Educação e Formação Profissional, não há debate suficiente sobre o papel do diálogo social ou da negociação coletiva na oferta de formação.





Para o TUAC, as próximas recomendações da OCDE devem, entre outras, estabelecer os parâmetros certos na cobertura e nos princípios de regulamentação, promover a negociação coletiva e o diálogo social para uma Transição Justa, integrar a dimensão do género como temática transversal e abordar as implicações para o futuro da empresa e a promoção de modelos económicos de longo prazo. Um dos maiores desafios é o de gerir a transição. No que respeita à qualidade do emprego existe uma estagnação salarial e diminuição da estabilidade, subsistem importantes desafios políticos na melhoria da qualidade do emprego entre os trabalhadores não-tradicionais e há um surgimento muito acentuado de novas formas de emprego. Stijn sublinhou no entanto que há muitas novas formas de trabalho com alta qualidade e velhas formas de trabalho com muita pouca qualidade.

Alguns desafios na proteção social não são novos e há grupos que ficam literalmente para trás, nomeadamente os jovens e adultos sem competências básicas ou com poucas competências. Estes são o nosso maior desafio e é preciso dar voz a estes trabalhadores.

Partilhar o mercado com a Inteligência Artificial

Marguerita Lane (OCDE) falou sobre Política e a Resposta dos Sindicatos na Ascensão do Trabalho Não Padronizado na Economia das Plataformas. A investigadora deu a conhecer alguns resultados de um inquérito a Ministros do Emprego para conhecer as respostas públicas

às novas formas de emprego, em que obteve 33 respostas.

A parte da tarde do dia 30 de outubro foi preenchido com um excelente debate sobre o Futuro do Trabalho, centrado nas oportunidades da digitalização. Os intervenientes foram o SG e um economista do TUAC, Russel Mills (SG do BIAC – Comité Consultivo de Negócios e Indústria da OCDE), Stephano Scarpetta (Diretor da ELS – Direção para o Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais da OCDE) e Andy W. Wyckoff (Diretor da STI – Direção para a Ciência, Tecnologia e Inovação da OCDE).

A posição política do TUAC está expressa no documento OECD Focus on the Future of Work – TUAC Policy Recommendations (Paris, 25 de Outubro de 2018). O que o documento conclui é que se o mandato original do Plano de Ação da OCDE de 2013 era garantir que os lucros são tributados onde as atividades económicas ocorrem e o valor é criado isso deve servir como princípio orientador da próxima análise e recomendações de políticas da OCDE: assegurar que as responsabilidades comerciais digitalizadas (incluindo emprego, impostos, concorrência, privacidade, etc.) são mantidos onde as atividades económicas ocorrem e o valor é criado.

O italiano Stephano Scarpetta referiu que há muita polarização no emprego, mas não há polarização em termos de salários, pois os salários crescem muito no cimo, menos na média e muito pouco na

escala de baixo. Muitos empregos vão desaparecer, mas precisaremos de novas competências para os novos postos de trabalho que vão surgir.

O americano Andy W. Wyckoff referiu por sua vez dois aspetos essenciais nas empresas do futuro: quem é o dono e tem a informação e, depois, a questão da reputação. Por seu lado, Russel Mills (SG do BIAC desde setembro 2018) sublinhou que vamos ter muitas oportunidades no futuro digital e temos que nos concentrar nelas: Estou muito menos impressionado com os dramas dos media sobre a digitalização. Tudo vai depender de como o vamos fazer juntos e com as políticas essenciais.

Em sua opinião existem três pontos principais para defrontar os desafios mais prementes no futuro do trabalho: Transparência no Diálogo Social; Produtividade (há lições importantes do passado a tirar - milhões de empregos de mulheres desapareceram quando surgiram as máquinas de lavar); e a Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), que tem de começar já.

Para Stephano Scarpetta os sindicatos terão muitas novas oportunidades ao informar os trabalhadores. Esta revolução é diferente de todas as outras por que já passámos, porque é muito mais rápida. No aspeto cognitivo, os humanos estavam sozinhos e vão passar a ter que partilhar o mercado com a Inteligência Artificial.



CSEE e EFEE adotam Declaração sobre atratividade da profissão docente

A FNE deslocou-se para Bruxelas em duas ocasiões de novembro: para a última reunião do Grupo Consultivo do Projeto III do Diálogo Social (dia 5) e para o Plenário do ESSDE - Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (dia 19), que marca o encontro anual entre representantes de trabalhadores (CSEE e seus sindicatos filiados) e empregadores da educação (EFEE).

Na primeira procedeu-se à revisão de todos os documentos referentes ao Projeto III do Diálogo Social, assim como à declaração conjunta CSEE/EFEE sobre a atratividade da profissão docente, que subiu de novo a debate no Plenário do dia 19.

Na discussão dos relatórios por país sobressaiu o desalento do representante sindical da Finlândia (OAJ), que enumerou vários problemas relativos ao financiamento do Ensino e Formação Profissional e a cortes no Ensino Superior, mas não em matéria de atratividade da profissão docente. Pekka Pankkonen referiu que na Finlândia há registos de quezílias com alguns empregadores da educação, principalmente municípios, que pura e simplesmente querem ignorar o Diálogo Social.

Quanto a Portugal, a FNE voltou a insistir na questão do envelhecimento da profissão docente e na necessidade do Governo nacional respeitar e ouvir as organizações sindicais.

O ponto principal do Plenário do ESSDE foi a adoção da Declaração Conjunta CSEE/EFEE Rumo a um Quadro de Ação sobre a Atratividade da Profissão Docente, destinada a reforçar a atratividade da profissão docente na sociedade, abordando definições, desafios,



princípios e possíveis ações a levar a cabo pelas duas organizações.

Esta abordagem resulta de oito anos de trabalho de diálogo social setorial europeu, pelo que os parceiros sociais da educação reconheceram o papel central do diálogo social e do reforço de capacidades, confiança e cooperação mútua, envolvimento e comunicação, para enfrentar desafios educativos novos e emergentes em toda a Europa.

Para uma relevante atratividade da profissão docente, CSEE e EFEE reconheceram o valor adicional de estudar o impacto das práticas de recrutamento e retenção nos países europeus, além da escassez de professores (para já em alguns grupos), já comum em vários países.

Assim, vão continuar a identificar, tratar e encontrar soluções para as barreiras e lacunas no reforço de capacidades para um diálogo social eficaz a nível europeu, nacional e local, e a desenvolver ações conjuntas para defender e fortalecer a capacidade dos parceiros sociais de participar efetivamente das políticas e da tomada de decisões na educação em todos os níveis.

As prioridades do Programa 2018-19 e os projetos futuros fizeram também parte das preocupações do plenário. Susan Flocken, Diretora do CSEE, revelou que o Eurofound lançou naquele dia o seu inquérito sobre o setor da educação, para o qual a FNE vai também dar a sua contribuição.

Antes do período para almoço, a FNE (Joaquim Santos) e Rodrigo Queiroz e Melo (CNEF - Confederação Nacional da Educação e Formação) fizeram uma apresentação conjunta do Contrato Coletivo de Trabalho assinado em 2017 por estas duas organizações (federação sindical e entidade empregadora), que foi dado como uma boa prática de diálogo social nacional, em prol de melhores condições de vida e de trabalho no setor da educação. Os representantes sindicais da Bulgária e da Polónia falaram por sua vez da atratividade da profissão docente nos seus países, apresentando medidas capazes de a melhorar.

Momento marcante desta reunião aconteceu quando foi anunciado que dois membros ingleses de há anos deste plenário (um sindical de não docentes, o outro empregador) estavam ali pela última vez. Efeitos colaterais do Brexit, que as expressões de ambos não conseguiram disfarçar.

FNE em Viena na Semana Europeia do Ensino Profissional



A FNE foi convidada pela Comissão Europeia (CE) a participar na 3ª Semana Europeia da Formação Profissional, que decorreu de 5 a 9 de novembro de 2018, em Viena de Áustria, numa parceria com a Presidência austríaca. O convite chegou na sequência do trabalho desenvolvido pela FNE na Aliança das Aprendizagens, pela qual a federação assinou em junho de 2015 um Compromisso em Riga.

A Semana reúne os prestadores de ensino e formação, as organizações da sociedade civil, as autoridades públicas, as organizações empresariais, os sindicatos e o público em geral, com o objetivo de sensibilizar para os benefícios do ensino e da formação profissional (EFP).

Entre os destaques da semana estiveram o quadro estratégico de educação e formação da União Europeia (EU) pós-2020 e a discussão sobre a nova proposta da Comissão para Centros de Excelência Profissional, um projeto-piloto que visa desenvolver um papel estratégico para o EFP nas estratégias de inovação e crescimento.

A FNE participou como speaker no workshop 3 sobre a importância do diálogo social setorial da educação, com outros três intervenientes europeus, num debate moderado

por Norbert Schobel e Helen Hoffmann (CE), e teve ainda a oportunidade de visitar uma escola profissional em Viena, ligada aos caminhos de ferro austríacos.

A 3ª Semana Europeia do Ensino Profissional faz parte de uma campanha mais vasta em prol deste setor, que somou 1 801 eventos em toda a Europa (77 em Portugal), que se vão prolongar até ao final deste ano. O seu principal objetivo é ajudar milhões de jovens e adultos a descobrir os benefícios do ensino e formação profissionais, num esforço europeu que envolve partes interessadas e parceiros sociais, para tornar o EFP (segundo Norbert Schobel, da CE) uma verdadeira primeira escolha e não um beco de última esperança.

O encerramento contou com a presença da Comissária Europeia responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral, Marianne Thyssen, que anunciou os vencedores dos prémios de excelência EFP 2018. Na cerimónia de encerramento celebrada na Câmara Económica Federal Austríaca, ela referiu que a campanha chegou a milhões de europeus e que a CE continuará a trabalhar para fazer com que o EFP conduza a carreiras

bem-sucedidas e a uma escolha que beneficie toda a Europa.

Por seu lado, a ministra austríaca dos Assuntos Digitais e Económicos, Margarete Schramböck, elogiou o modo como os representantes e peritos de todos os Estados-Membros debateram e trabalharam para dar continuidade ao desenvolvimento do EFP na Europa, para si uma escolha inteligente que conduz à excelência na educação, a empregos de elevada qualidade e ao aumento da empregabilidade.

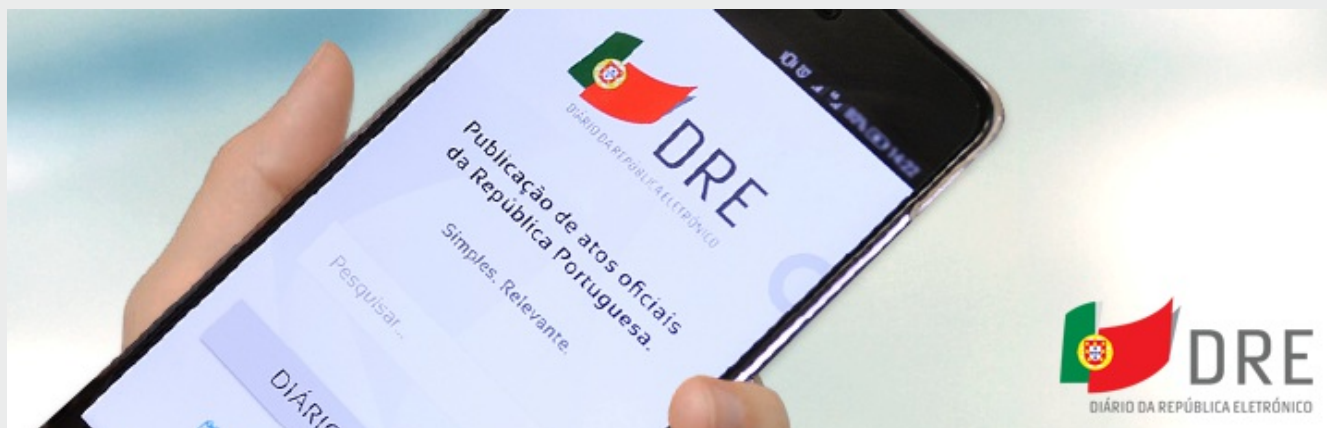
O Presidente austríaco da Câmara Económica Federal, Harald Mahrer, salientou que a mensagem fundamental desta Semana levou o sistema dual austríaco a ser considerado melhor prática na UE. Atualmente, cerca de 40 % dos jovens austríacos frequentam cursos de formação em regime de aprendizagem após a conclusão da escolaridade obrigatória. Uma tal percentagem é possível graças aos esforços envidados pelas empresas para colmatarem a falta de trabalhadores qualificados de que padecem e que se verifica em toda a Europa.

Nas suas palavras, esta estreita cooperação entre a Economia e a Educação é um dos fatores de sucesso mais importantes para um sistema de aprendizagem atraente.

A organização da Semana contou com a participação e o apoio de duas agências da EU: o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) e a Fundação Europeia para a Formação (ETF). A próxima edição vai decorrer no próximo ano na Finlândia.

A representação da FNE coube a Joaquim Santos.

Diplomas publicados em Diário da República novembro de 2018



[Resolução da Assembleia da República nº 298/2018](#)
[DR nº 211/2018,](#)
[Série I de 2018-11-02](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo que contabilize todo o tempo de trabalho dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial para efeitos de segurança social.

[Despacho nº 10158/2018](#)
[DR nº 211/2018,](#)
[Série II de 2018-11-02](#)

Educação - Gabinete do Ministro
É renovado o mandato da Equipa de Projeto dos Contratos de Autonomia das Escolas.

[Declaração de Retificação nº 37/2018 - DR nº 214/2018,](#)
[Série I de 2018-11-07](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros nº 141/2018, que

promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de produtos de plástico, publicada no DR, 1.ª série, nº 207, de 26 de outubro de 2018.

[Despacho nº 10307/2018](#)
[DR nº 214/2018,](#)
[Série II de 2018-11-07](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Determina o encerramento compulsivo da Escola Superior Artística de Guimarães.

[Despacho nº 10308/2018](#)
[DR nº 214/2018,](#)
[Série II de 2018-11-07](#)

Educação - Direção-Geral da Educação
Lista de entidades acreditadas pela DGE como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares no ano de 2018.

[Decreto-Lei nº 90/2018](#)
[DR nº 216/2018,](#)
[Série I de 2018-11-09](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera a orgânica do XXI Governo Constitucional.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 148/2018](#)
[DR nº 220/2018,](#)
[Série I de 2018-11-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de licenças digitais de manuais, a distribuir, no ano letivo de 2018/2019, a todos os alunos do ensino público abrangidos pelas medidas de gratuitidade.



[Decreto Regulamentar Regional nº 13/2018/M - DR nº 220/2018,](#)
[Série I de 2018-11-15](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo
Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional nº 26/2012/M, de 8 de outubro, que regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente dos estabelecimentos de educação e de ensino, das instituições de educação especial, dos serviços técnicos da Direção Regional de Educação, dos que se encontram em regime de mobilidade na administração regional autónoma e local, delegações escolares e no exercício de outras funções.

[Despacho nº 10748/2018](#)
[DR nº 223/2018,](#)
[Série II de 2018-11-20](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação
Aditamento ao Despacho nº 9157/2018, de 14 de setembro de 2018, publicado no DR, 2.ª série, nº 188, de 28 de setembro, de subdelegação de poderes na Diretora-Geral dos Estabelecimentos

Escolares, Mestre Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arraios Faria.

[Despacho nº 10795/2018](#)
[DR nº 224/2018,](#)
[Série II de 2018-11-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Nomeação do conselho de curadores da Fundação IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

[Despacho nº 10796/2018](#)
[DR nº 224/2018,](#)
[Série II de 2018-11-21](#)

Educação - Gabinete do Ministro
Designa para exercer as funções de coordenador do grupo de trabalho da avaliação externa das escolas Pedro António da Silva Abrantes.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 151/2018](#)
[DR nº 225/2018,](#)
[Série I de 2018-11-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros

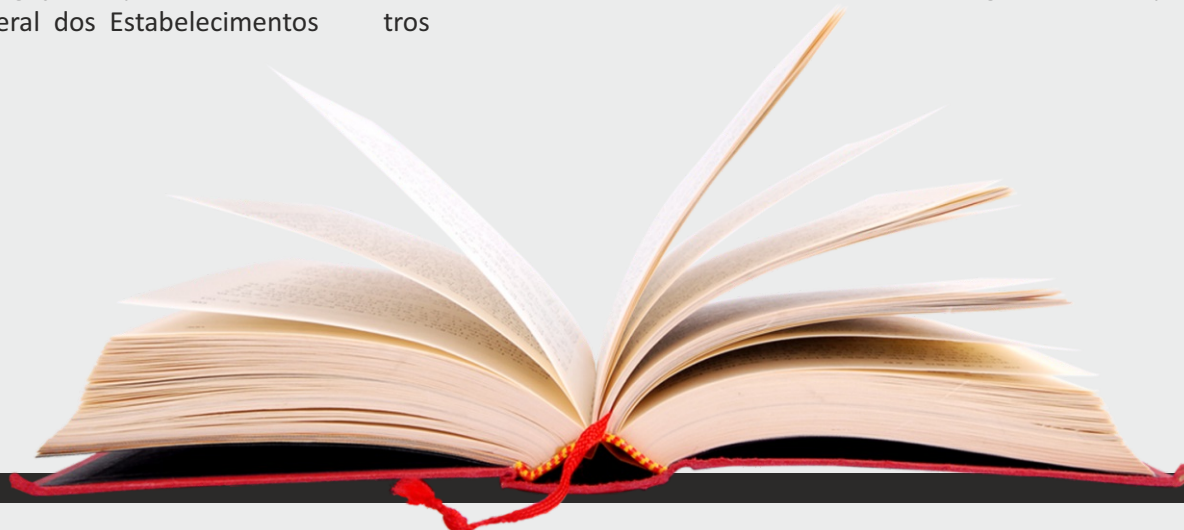
Procede à renovação do Programa Escolhas, para o período de 2019 a 2020, que compreende uma geração, integrando-o no Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

[Despacho nº 10914/2018](#)
[DR nº 226/2018,](#)
[Série II de 2018-11-23](#)

Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Designa o fiscal único do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

[Despacho nº 11002/2018](#)
[DR nº 227/2018,](#)
[Série II de 2018-11-26](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Designa o licenciado Pedro Gabriel Barrias Martins para exercer as funções de Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.





[Despacho nº 11092/2018](#)
[DR nº 228/2018,](#)
[Série II de 2018-11-27](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Criação de um grupo de trabalho para o estudo e avaliação da distribuição de vagas no ensino superior público.

[Despacho nº 11093/2018](#)
[DR nº 228/2018,](#)
[Série II de 2018-11-27](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico da Guarda.

[Despacho nº 11094/2018](#)
[DR nº 228/2018,](#)
[Série II de 2018-11-27](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes

dos Secretários de Estado da Educação e do Emprego
Cessação da comissão de serviço do Doutor Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 154/2018](#)
[DR nº 230/2018,](#)
[Série I de 2018-11-29](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022.

[Portaria nº 308/2018](#)
[DR nº 231/2018,](#)
[Série I de 2018-11-30](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Estabelece as adaptações ao disposto no Decreto Regulamentar

nº 26/2012, de 21 de fevereiro, determinadas designadamente pelo nº 1 do artigo 29.º do referido Decreto e pelo artigo 4.º da Portaria nº 15/2013, de 15 de janeiro, com vista à operacionalização do sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente na CPL, I. P.

[Despacho nº 11424/2018](#)
[DR nº 231/2018,](#)
[Série II de 2018-11-30](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior
Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2018-2019.



GREVE

PRÉ-AVISOS

**Greve às reuniões
não previstas
no horário de trabalho**

**Greve à atividade letiva
marcada na CNLE**
(coadjuvação e apoio a grupos de alunos)

**Greve às horas de formação
obrigatória não deduzidas
na CNLE**

**- Exigimos a recuperação de
9 anos, 4 meses e 2 dias!**
- Exigimos horários legais!

FICHA TÉCNICA
NOVEMBRO 2018

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato
Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira * Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte * Sindicato dos
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

